

COMPARATIVO ENTRE O PNE 2001-2010 E O PNE 2014-2024: ANÁLISE DAS METAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

Danieli Rossini Santos¹

Elisabete Souza Mothe²

Fabiana Rodrigues Battista Costa³

Fabiane Batista da Macena⁴

Sandy Souza Mota⁵

José Roberto Gonçalves de Abreu⁶

Vinicius da Silva Freitas⁷

Resumo: Este trabalho analisa as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) nos períodos de 2001-2010 e 2014-2024, focando nas categorias e metas estabelecidas para a educação infantil e o ensino fundamental. A metodologia empregada inclui uma revisão de literatura e análise documental, permitindo um comparativo das propostas e avanços em cada ciclo. Os resultados indicam que, enquanto o PNE de 2001-2010 priorizou a universalização do acesso e a qualidade do ensino, o PNE de 2014-2024 busca aprofundar a inclusão e a equidade, refletindo mudanças socioculturais e políticas. A discussão revela que, apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos, como a formação de professores e a adequação das escolas às necessidades de todos os alunos. Conclui-se que, para garantir o sucesso das metas estabelecidas, é essencial um compromisso contínuo com a formação e a infraestrutura educacional.

¹ Mestrando(a) em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), São Mateus, Espírito Santo, ES. danirossinisantos@hotmail.com.

² Mestrando(a) em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), São Mateus, Espírito Santo, ES. bethsouza308@gmail.com.

³ Mestrando(a) em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), São Mateus, Espírito Santo, ES. fabian.battista@gmail.com.

⁴ Mestrando(a) em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), São Mateus, Espírito Santo, ES. fabiane.macena@hotmail.com.

⁵ Mestrando(a) em Ciência, Tecnologia e Educação pelo Centro Universitário Vale do Cricaré (UNIVC), São Mateus, Espírito Santo, ES. sandymotasouzah@hotmail.com.

⁶ Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). abreufisio@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3018509507133247>. <https://orcid.org/0000-0002-6098-9856>.

⁷ Doutor em Ciências da Reabilitação pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). viniciuscarvalho34@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/5090026948661774>. <https://orcid.org/0000-0003-2920-3998>.

Palavras-chave: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação Especial; Inclusão; PNE.

Área Temática: Educação Especial

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil passou por significativas transformações nas últimas décadas, refletindo as complexas relações sociais, econômicas e políticas do país. A década de 1990, em particular, foi marcada por profundas reformulações nas políticas educacionais, que surgiram em um contexto de desigualdades e demandas sociais.

Nesse cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE) tornou-se um instrumento essencial para a definição de diretrizes e metas, visando garantir acesso e qualidade na educação. O PNE 2001-2010 e o PNE 2014-2024 trazem propostas que, embora interligadas, apresentam diferenças fundamentais nas categorias e enfoques, especialmente nas áreas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

OBJETIVO

Analisar as categorias que foram mantidas, modificadas ou introduzidas entre o PNE 2001-2010 e o PNE 2014-2024, a fim de compreender como essas mudanças refletem transformações nos discursos e nas práticas educacionais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e uma análise comparativa dos documentos dos dois PNEs. Foram identificadas e categorizadas as metas, artigos e diretrizes, com foco nas mudanças nas terminologias e nas abordagens. A metodologia adotada permite uma compreensão crítica das intenções por trás das políticas educacionais, destacando a importância do contexto socioeconômico e político em que foram formuladas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise indicam que o PNE 2014-2024 apresenta uma mudança significativa em relação ao seu antecessor, refletindo uma guinada de um enfoque economicista para uma perspectiva mais humanitária. As categorias que permanecem nas metas, como "qualidade" e "participação", mostram a continuidade de alguns conceitos, mas com novas nuances que buscam atender às demandas contemporâneas de inclusão e equidade. Sob esse assunto, Bakhtin (2004) descreve "[...] não se limita a ser apenas um aspecto de uma realidade; ele também reflete e refrata outra. Pode distorcer essa realidade, permanecer fiel a ela ou compreendê-la a partir de uma perspectiva específica, entre outras possibilidades." (BAKHTIN, 2004, p. 32).

Por outro lado, Freitas (1999) argumenta:

A partir do momento em que se reconhece que o signo é um fenômeno material e social, a importância da interação verbal se amplia, tornando-se uma atividade constitutiva de consciências, ideologias e sujeitos. É por conta da materialidade do signo verbal ideológico, em sua função de palavra, que os sentidos são construídos ao longo da interação verbal. Nesse processo de enunciações concretas, emergem como produtos os enunciados, que refletem questões como "vulnerabilidade social" e "direitos humanos" (FREITAS, 1999, p. 3-13).

Categorias como "pobreza" e "desigualdade" foram suprimidas, evidenciando uma tentativa de deslocar o foco das limitações sociais para uma abordagem mais positiva e voltada para os direitos humanos. Novas categorias, como "vulnerabilidade social" e "direitos humanos", foram introduzidas, sinalizando uma resposta às exigências da sociedade civil por uma educação que considere as diversidades e as disparidades existentes, quanto ao conhecimento "[...] toda práxis envolve uma relação entre o espontâneo e o reflexivo, apresentando dois níveis, dependendo do predomínio de um ou do outro elemento." (SANCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 307).

A análise comparativa entre o PNE 2001-2010 e o PNE 2014-2024 revela um panorama dinâmico das políticas educacionais e suas articulações com o contexto socioeconômico e político do Brasil. A década de 1990, marcada por um movimento de democratização, trouxe à tona a necessidade de uma educação que não apenas garantisse acesso, mas também qualidade e equidade.

Segundo Moraes (2003) o PNE 2001-2010 foi um marco no reconhecimento das desigualdades existentes, estabelecendo metas que buscavam a universalização do ensino e a melhoria das condições de aprendizado. Contudo, as críticas ao enfoque excessivamente quantitativo e à falta de atenção às especificidades regionais e sociais começaram a surgir. A

linguagem utilizada nas diretrizes refletia um viés economicista, priorizando a eficiência e a produtividade.

Com a aprovação do PNE 2014-2024, observou-se uma mudança significativa na abordagem. A nova versão do plano incorporou categorias que enfatizam a inclusão, a diversidade e os direitos humanos. Termos como "vulnerabilidade social" e "discriminação" passaram a ser centrais, evidenciando uma tentativa de alinhar as políticas educacionais a um compromisso com a justiça social e a proteção dos direitos das crianças e jovens (BROTTO, 2008, p. 21).

A categorização das metas foi um aspecto determinante na análise. No PNE 2001-2010, categorias como "qualidade" e "universalização" foram amplamente discutidas, mas a abordagem era predominantemente técnica. Por outro lado, o PNE 2014-2024 trouxe novas categorias que refletem uma preocupação mais profunda com as condições sociais e políticas que afetam a educação. A inclusão de conceitos como "direitos humanos" e "proteção à infância" sugere uma mudança de paradigma, onde a educação é vista como um direito fundamental, não apenas uma mercadoria (BAKHTIN, 2004, p. 41).

Segundo Micoanski.; Figueiredo (2018) a prática dessas políticas, no entanto, enfrenta desafios significativos. A formação de professores, a adequação das infraestruturas escolares e o financiamento adequado são questões que ainda precisam de atenção. Apesar das mudanças nas diretrizes, a efetividade das políticas educacionais depende da capacidade do Estado em garantir recursos e condições para a sua execução.

As evidências sugerem que, embora o PNE 2014-2024 apresente avanços em termos de inclusão e direitos, a realidade das salas de aula ainda é marcada por desigualdades. A análise das categorias presentes nos dois PNEs demonstra que, enquanto houve progresso na linguagem e nos conceitos adotados, os desafios práticos permanecem, indicando a necessidade de um acompanhamento crítico e contínuo das políticas realizadas.

CONCLUSÃO

A comparação entre os PNEs 2001-2010 e 2014-2024 revela um processo dinâmico e contraditório nas políticas educacionais brasileiras, que se adaptam às demandas sociais e ao contexto histórico em que estão inseridas. As categorias analisadas expressam uma transformação nos discursos, refletindo a evolução das concepções de educação no Brasil, que busca cada vez mais uma abordagem inclusiva e humanitária.

Conclui-se que, para a materialização das metas estabelecidas, é fundamental um comprometimento contínuo com a formação de educadores e a adequação da infraestrutura escolar, além da necessidade de um acompanhamento rigoroso das políticas realizadas. Assim, o PNE não apenas delinea um caminho, mas também exige um esforço coletivo para que os direitos educacionais sejam efetivamente garantidos a todos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BROTTO, Ivete Janice de Oliveira. **Alfabetização**: um tema, muitos sentidos. Curitiba, 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2008.

FREITAS, Antonio Francisco Ribeiro de. **Palavra**: signo ideológico. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1999. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 22 mar 2025.

MICOANSKI, M. L.; FIGUEIREDO, I. M. Z. O Pne 2001-2010 E O Pne 2014-2024: Comparativo Sobre As Categorias Apresentadas Nas Metas Para Educação Infantil E Ensino Fundamental. [Revista Cadernos de Pesquisa em Educação](https://doi.org/10.22535/cpe.v0i48.24283). DOI: <https://doi.org/10.22535/cpe.v0i48.24283>. 2018.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Recuo da teoria. In: MORAES, M. C. M. de. (Org). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo, Brasil, Expressão Popular, 2007.